



Memórias da construção de Frentes Políticas

ELADIR FÁTIMA NASCIMENTO DOS SANTOS *¹

Introdução

Quando já são passadas mais de quatro décadas dos anos 1970 e 1980, propomos um olhar sobre dois casos daquele período. Um olhar em que a perspectiva tem um papel essencial² porque está afastado da agitação dos processos então vividos, mas não tão afastado, na medida em que se encontra ao lado da memória hoje construída pelos que atuaram nos processos de uma História recente.

Nosso olhar direciona-se para as atuações e as formulações estratégicas e táticas de duas organizações da esquerda revolucionária em países periféricos ao capitalismo dominante. Formulações e práticas que objetivavam a organização da luta contra a ordem estabelecida que, nessas regiões, em momentos de plena Guerra Fria, se configurava, no Brasil, em uma ditadura e, em Portugal, num governo que desejava conter um processo revolucionário em curso. Esse breve distanciamento temporal dá-nos a oportunidade de observarmos ocorrências e desfechos inesperados naqueles momentos, mas que hoje, com o recurso à memória, e de posse de uma teoria crítica que nos serve de ferramenta, temos a oportunidade de melhor compreender a razão daquelas formulações e das práticas políticas delas advindas.

Neste estudo nos ativemos às formulações e práticas relacionadas às propostas de criação de frentes, ou seja, à união de grupos sociais diversos, com o propósito de somar esforços nas disputas pelo poder e de acumular forças para a construção de uma nova sociedade. Para isso, observamos dois casos específicos: o caso brasileiro do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), e o caso português da União Democrática Popular (UDP).

O enfoque não será comparativo, pois não se preocupa com as semelhanças e as diferenças dos casos pesquisados. Pretendemos estabelecer conexões parciais entre os processos nos quais estão inseridos os objetos de estudo, sem a preocupação com o estabelecimento de analogias. Assim o fazemos tendo em vista dois principais objetivos. O primeiro relaciona-se, ainda que de forma inicial e modesta, à intenção de colaborar com as discussões sobre as características

* ¹ Doutora em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. SEEDUC-RJ

² José Manuel Mendes de Oliveira em “*Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas*” de setembro de 2003. Oficina do CES n° 194, cita Boaventura de Sousa Santos na sua busca de um novo senso comum em *Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge. 1995. “Escrever sobre algo significa escrever do lado desse algo e nunca do centro. É por isso que a perspectiva é a essência da escrita”.

da luta política desenvolvida pelas organizações comunistas dos anos 1970 e 1980 em países que viviam e ainda vivem em posições de subalternidade no sistema mundial capitalista.

O segundo trata-se de propor uma reflexão acerca das propostas políticas, acordos, alianças e manobras que, no campo político, são capazes de subverter as divisões de classe. Para isso atentamos para algumas observações e conclusões do filósofo francês Pierre Bourdieu. (1930-2002). Ao propor elementos para uma teoria do campo político ao analisar a questão da representação política, Bourdieu sugere que pensemos as propostas políticas, acordos, alianças e manobras como posições num espaço de relações que geram correlações de forças constantemente inventariadas pelos profissionais do partido munidos da ambição de participar do poder (BOURDIEU, 2007:183).

Nossa análise, além de, em especial, debruçar-se sobre o conteúdo de entrevistas com antigos militantes, faz-se também sobre documentos publicados pelas organizações MR8 e UDP.

A análise das entrevistas nos tem levado a perceber aquilo que Alessandro Portelli costuma dizer sobre essa metodologia da História Oral: ela lida com a experiência individual daquele que lembra porque “recordar e contar já é interpretar” (PORTELLI, 1996: 60). Quando analisamos entrevistas, lidamos com interpretações do passado sob um ponto de vista privilegiado, que é a perspectiva do indivíduo que viveu as experiências.

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma dessas pessoas (PORTELLI, 1997:15).

Nessas perspectivas encontramos representações hoje construídas por antigos militantes acerca das tensões, disputas e conflitos que estiveram presentes na formação identitária e nas propostas implementadas pelas organizações observadas.

A história e a memória das atuações tanto do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, quanto da União Democrática Popular, nas décadas observadas, têm intrínseca relação com o tipo de frente que cada uma dessas organizações formulou. Ambas pertenceram, no início de suas atuações, ao bloco ideológico da chamada esquerda radical. Na década de 1970, divergiram das táticas que estavam sendo apresentadas pelos partidos comunistas de seus países por considerá-las conciliatórias, reformistas e que atrasavam o processo revolucionário. As militâncias tanto do MR8, quanto da UDP, ao longo da existência das organizações, conheceram o cenário de cisões e dispersões do campo do marxismo-leninismo.

A formação de Frentes Políticas

Analisar e procurar compreender o caráter e a composição das frentes propostas pelo MR8, no Brasil, e pela UDP, em Portugal, nos possibilita entender as relações e as tensões presentes no bloco de poder desses países. Era a partir da análise dessas relações e tensões que, tanto o MR8 quanto a UDP, elaboravam seus programas políticos. Desses programas constavam o tipo de alianças ou frentes a serem construídas para somar esforços nas disputas pelo poder. Porém o caráter e a composição da frente que cada uma dessas organizações propôs para seus países foi bastante diferente como veremos a seguir.

A questão da formação de frentes, unidades ou alianças em torno de interesses comuns, como estratégia de luta e resistência no campo político tem sido objeto de muitas divergências entre partidos e lideranças políticas. Muitos são os autores que procuram, não só analisar o processo de construção das frentes políticas, como também observar o resultado efetivo dessas frentes diante dos objetivos traçados pelos agentes políticos. A maioria das análises constata que as frentes podem acarretar vitórias revolucionárias ou eleitorais porque a unidade dos que estão dispersos e vulneráveis acarreta soma de esforços que gera poder para transformar a realidade. E, como tal, essa estratégia jamais foi inteiramente desprezada pelos agentes no campo político. O teórico e militante húngaro George M. Dimitrov, em seu discurso de encerramento do VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, pronunciado em 1935, período entre as duas guerras mundiais em que as lutas de classes se acirravam e o fascismo tomava espaços em países europeus e da periferia do capitalismo, propôs a tática da construção do que chamou de frente única para que a luta contra o fascismo se tornasse mais efetiva. Dimitrov procura mostrar que o fascismo é um poder feroz, porém imensamente precário e que, para derrotá-lo seria necessário a construção de uma frente da classe operária e do povo contra o fascismo. Uma frente única do proletariado a exercer uma enorme influência sobre todas as demais camadas do povo, sobre os camponeses, sobre a pequena burguesia urbana, sobre os intelectuais. A frente única infundiria aos setores vacilantes fé na força da classe operária tornando-os ideologicamente comprometidos com a mesma (DIMITROV, 1978: 30).

Foi a partir dessas orientações de Dimitrov que as organizações revolucionárias de vários países que empreendiam a luta contra o fascismo tiveram como tática a formação de frentes.

Também o teórico italiano Antonio Gramsci (1891-1937), na sua sistematização de propostas políticas para que o *condottiero* ideal implementasse, afirma que este deveria unir e organizar o povo italiano, independente do grupo social a que pertencesse, em uma frente política e econômica, com vistas à criação de um Estado Nacional capaz de reagir à ingerência estrangeira. Dessa forma, estaria se construindo um novo Bloco Histórico e novas relações de poder. No entanto, Gramsci criticou e temeu os governos de coalisão por entender que eles podem se tornar também ditatoriais. Criticava os pactos ou alianças que podiam confundir muito mais que colaborar para a obtenção da liberdade. Isto porque “os pactos com a burguesia exigem a moderação da classe trabalhadora contra o Estado fascista” (GRAMSCI, 1968:8).

O teórico e estadista chinês Mao Tse-tung também se preocupou, no pós-guerra, com as propostas de formação de frentes que surgiam. No Livro Vermelho, conjunto de citações de Mao, compiladas por seu ministro da Defesa Lin Piao e publicado em 1964, há, inclusive, orientações do líder chinês sobre a composição de alianças e frentes. Ao longo das décadas 1950 a 1980, essas orientações nortearam os partidos revolucionários de todo o mundo que se auto intitulavam seguidores da linha maoísta. Mao, no entanto, nessas orientações, fazia, basicamente uma análise política e econômica, com vistas às necessidades internas de unificar atitudes do povo chinês frente à revolução em curso.

Os nossos inimigos são todos os que estão coluinados com o imperialismo – os caudilhos militares, os burocratas, a classe dos compradores, a classe dos grandes senhores de terras e o setor reacionário dos intelectuais que lhes é anexo. A força dirigente da nossa revolução é o proletariado industrial. Os nossos mais chegados amigos são a totalidade do semiproletariado e a pequena burguesia. Quanto à média burguesia, sempre vacilante, a sua ala direita pode converter-se em nossa inimiga e a esquerda, em nossa amiga, devendo, no entanto, mantermo-nos, constantemente, em guarda e não permitir que ela venha criar confusão em nossas filas.

Todo aquele que se coloca do lado do povo revolucionário é um revolucionário. Todo aquele que se coloca ao lado do imperialismo, do feudalismo e do capitalismo burocrático é um contrarrevolucionário... (TSÉ-TUNG, 1972: 15-16)³

O ensaísta e historiador brasileiro Jacob Gorender em artigo publicado em 2005 afirma que a tática da constituição de frentes populares e participação dos comunistas nos parlamentos burgueses era uma orientação aos comunistas. A proposta era trabalhar pela união de diversas forças ou coligações eleitorais de partidos de esquerda, socialistas e comunistas com partidos burgueses liberais ou de centro-esquerda. “Os comunistas deveriam construir Frentes Populares e articular a luta antifascista com a luta pelo socialismo” (GORENDER, 2005:165).

³ Discurso de encerramento pronunciado na II Sessão do Primeiro Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (25 de junho de 1950).

O historiador inglês Eric J. Hobsbawm em artigo intitulado *En torno a los Frentes Populares* discorre também sobre a estratégia das frentes populares formadas em vários países, entre os anos 1930 e anos 1970. Observa que os primeiros governos de frentes populares, isto é, formados a partir da coalizão de comunistas, socialdemocratas e classe média eram condenados pela esquerda revolucionária que os entendia como governos dominados pela burguesia. Governos que desviavam os comunistas de seu objetivo principal que era fazer a revolução. A exceção era, no entanto, aceita para países coloniais ou semicoloniais que necessitavam do cumprimento de uma etapa liberal burguesa (HOBSBAWN, 2002:193).

Hobsbawm afirma que os governos frentistas dos anos 1930 acarretaram imensas discussões no interior do movimento comunista. Isto porque não superaram as contradições internas e, como aconteceu na França e na Espanha, fracassaram antes mesmo da eclosão da segunda Guerra Mundial (HOBSBAWN, 2002:193). Chama, no entanto, atenção para o retorno, nos anos 70, da prática de formação de governos de frente populares fora das áreas de luta por libertação nacional

Por espacio de algunos años, a partir de 1947, los gobiernos de frente popular – fuera de las áreas de liberación colonial – no resultaron practicable, pero en los años 60 y 70 tal perspectiva vuelto a figurar en el orden del día, especialmente en Italia. En este momento la eventual entrada del partido comunista italiano en el gobierno constituye el principal problema de la política italiana. En consecuencia las cuestiones suscitadas por el tema de los gobiernos de frente popular pertenecen no sólo a la historia, sino también a la política práctica (HOBSBWAN, 2002:199).

Mas a região na qual o debate sobre a construção de frentes tornou-se intenso entre as organizações políticas, em finais da década de 1970, foi especialmente nas áreas periféricas e semiperiféricas do capitalismo. Isso ocorria, principalmente, depois do caso de Allende no Chile. Lá, o governo, formado por uma coligação da burguesia nacionalista com os operários, era entendido por muitos como um fator que colaborou para a desmobilização da classe trabalhadora que arrefeceu sua luta contra o fascismo. O resultado foi a derrota da frente e restabelecimento do fascismo no poder.

As divergências relacionadas à composição das frentes políticas, dividirá a esquerda revolucionária. Organizações mais radicais, condenam as frentes, consideram-nas meramente eleitorais, quando dela fazem parte setores da burguesia. Propõem frentes populares dirigidas pelos trabalhadores do campo e das cidades e setores médios da sociedade que realizem grandes greves, ocupações de fábricas, e mobilizações de massas nas ruas. Alegam que, quando as frentes não são dirigidas pelos setores populares, tornam-se contrarrevolucionárias por

desmobilizarem a classe trabalhadora e garantirem a continuidade dos principais aparelhos do Estado burguês - a burocracia e as Forças Armadas.

O MR8 no Brasil e a UDP em Portugal

Foi na década 1970 que o MR8, no Brasil, e a UDP, em Portugal, apresentaram e melhor explicitaram as suas propostas de construção de um novo bloco governante. O objetivo, naqueles momentos, era lutar por liberdades democráticas e contra a instalação plena do imperialismo, a fase avançada do capitalismo.

O MR8 formulou e apresentou, no decorrer do período estudado, duas propostas de construção de frentes. A composição dessas frentes variou de acordo com as mudanças que o MR8 considerava terem sido operadas na política e na economia do país.

Em 1976, após ter abandonado a luta armada, como principal tática para derrubar a ditadura, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro apresentou como sua nova proposta: a construção de um Bloco Revolucionário. A organização fazia a avaliação de que o proletariado era a principal vítima da exploração da estrutura capitalista de produção. Diante disso a classe operária deveria lutar contra a fonte dessa opressão e exploração. Nesta luta, contava com aliados fundamentais que eram os setores médios da sociedade. O MR8 propõe que se organize um forte e dinâmico Bloco Revolucionário que deveria ser composto por todos aqueles que, mesmo não sofrendo a exploração direta advinda do modo de produção capitalista, apresentam-se ideologicamente comprometidos com a construção de novas relações sociais.

Esses setores elencados pelo MR8 eram os semiproprietários rurais, pequenos camponeses, a grande maioria dos setores assalariados da pequena burguesia, o semiproletariado urbano, soldados, marinheiros. Todos, deveriam compor o Bloco Revolucionário, sob a hegemonia do proletariado urbano e rural.

Para assegurar sua hegemonia sobre a luta revolucionária – condição indispensável para o triunfo – a classe operária necessita constituir-se como força independente de todas as frações burguesas, defendendo claramente, o seu programa. Mas, defendendo o seu programa, a classe operária não se limita a seus interesses específicos e tampouco cuida apenas de desenvolver sua força própria. Como classe dirigente da revolução socialista, ela deve defender, igualmente, os interesses de seus aliados e preocupar-se em promover o fortalecimento do movimento revolucionário como um todo. Tudo que diz respeito à revolução, aos interesses e à força do Bloco Revolucionário e de cada um dos seus componentes, diz respeito à classe operária. Levando isso em conta é que ela poderá reforçar sua autoridade sobre as demais classes revolucionárias, uni-las em torno de si e dirigi-las (MR8, abril de 1977: 52).

Aqui temos uma excelente ilustração daquilo que Gramsci conceituou como Bloco Histórico em *A concepção Dialética da História*. O autor referindo-se ao fato de que as forças materiais geram o conteúdo das ideologias, observa que há necessidade de um certo grau de homogeneidade, de uma concepção de mundo unitária para que a luta política de um determinado grupo se viabilize (GRAMSCI, 1978:63). Observa também que no interior do grupo, as forças hegemônicas de um determinado momento histórico devem representar e atender os interesses daqueles que compõem o Bloco Histórico, sob pena do surgimento do que chamou de aspectos que compõem uma “crise de hegemonia” (GRAMSCI, 1968:162).

Há, por parte do MR8, a análise de que havia no país, naquele momento, muitos movimentos antiditatoriais. Alguns surgidos de forma espontânea, a maioria de caráter reivindicatório e econômico e, por isso urgia o trabalho de todos os verdadeiros comunistas na concentração de esforços para aglutinar, organizar e educar esses grupos dispersos no sentido da formação de um coeso Bloco Revolucionário. Essa seria, de acordo com o MR8, a tarefa fundamental dos revolucionários: trazer para o centro da luta popular a luta pelas liberdades democráticas.

Os antigos militantes do MR8 têm em suas memórias, esses momentos como marcos na vida da organização. Marcos que conseguiram mudar consideravelmente, a forma do MR8 intervir nos movimentos sociais. A militância agia sempre procurando unificar as lutas isoladas, politizar as relações economicistas e, sobretudo, rejeitar posições esquerdistas que não valorizavam a democracia como etapa importante da luta pelo socialismo.

O MR8 constatava que assumir a questão das liberdades democráticas era compreender que a revolução social não pode ser obra de um punhado de intelectuais, mas somente poderá ser levada a cabo se for assumida pelas massas, portanto assumir a luta pelas liberdades democráticas demonstrava um verdadeiro compromisso da organização com as massas. (TERRA, 1975:1).

Empunhar a bandeira das liberdades democráticas trouxe um imenso crescimento para o MR8. Esta fase correspondeu ao aumento do número de militantes no movimento estudantil, no movimento sindical e favoreceu a atuação desses militantes na campanha eleitoral de 1976 e, posteriormente, na campanha pela anistia. Todos pela construção de um forte Bloco Revolucionário.

Em 1982, com a palavra de ordem “unir a nação e romper a dependência” (MR8, 1985:06), a organização apresentou a proposta de ampliação da frente popular. Há uma intensa radicalização nesta proposta. Ampliava-se, enormemente, a frente com uma política de alianças com setores liberais e grandes empresários da burguesia nacional. O MR8 passou a investir

todas as suas forças na construção de uma ampla e vigorosa Frente Popular Nacional e Democrática que, segundo suas análises, seria capaz de derrubar a ditadura militar e acumular forças para o fim definitivo da exploração da classe trabalhadora.

A militância da organização, além da disputa pelo monopólio do capital político no interior do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), procurava participar ativamente do processo de organização de entidades locais e nacionais. Essa intervenção nas organizações dos movimentos sociais constará do programa e da plataforma de atuação da organização, tornando-se, no período por nós pesquisado, um dos traços mais característicos do MR8. Todas as formulações táticas e estratégicas do MR8 apostavam no que podemos entender como uma grave crise detectada pela organização, no bloco de poder.

Segundo o MR8, o Brasil vivia uma crise hegemônica das classes dirigentes, fator que deveria ser explorado ao máximo pelos que a organização chamava “verdadeiros revolucionários”, ou seja, a sua militância. O MR8 concluía que aqueles que detinham as posições dominadas no espaço social – setores populares - se unidos aos que detinham as posições dominadas na classe dominante – a burguesia nacional - juntos poderiam estabelecer novas relações de poder e derrubar a ditadura militar. A organização possuía, nessa altura, certo capital simbólico por ter atuado nos momentos mais duros da luta antiditatorial, inclusive recorrendo às armas. Resolveu, a partir de suas novas análises, emprestar seu capital simbólico para setores da classe dominante, agrupados no PMDB, com os quais se aliou. Assim, com as novas alianças, passaria também a disputar o capital político propriamente dito. Ou seja, disputar eleições e formar uma bancada de parlamentares do PMDB que encaminhassem as propostas do MR8. A proposta, então, era a luta pela construção de uma Frente Popular, Democrática e Nacional.

Nesta proposta estava contida uma das mais amplas Frentes, jamais apresentada por uma organização política pertencente à esquerda revolucionária brasileira. Ela significava o assumimento de um novo caráter central para a revolução brasileira: o caráter nacional. Tratava-se de proposta de uma frente anti-imperialista e amplíssima.

Sérgio Rubens, antigo militante do MR8, desde a década de 1960, que se tornou secretário-geral da organização na década de 1980, nos apresenta suas memórias, nas quais procura explicar as discussões travadas no interior da organização sobre a frente a ser construída e consubstanciada no PMDB;

O que era preciso saber era qual a frente a ser construída. Qual era o programa para a etapa da revolução. Primeiro tem que definir se é revolução democrática ou

socialista. Depois definir o programa e a frente. Se for mais ampla, a revolução é mais democrática, se é mais estreita, a revolução é diretamente socialista. A pergunta que se faz é o que transforma propriedade privada em propriedade pública? É isso que diferencia a revolução socialista da revolução nacional democrática. Na revolução nacional democrática se retém, fundamentalmente, a propriedade imperialista dentro do país. Nos países coloniais não há um capitalismo interno consolidado. Há uma dominação imperialista. Todos os setores da população, inclusive o setor empresarial, são esfoliados pelo imperialismo. Essa é a primeira questão, A luta interna que aconteceu foi pequena. No 3ª Congresso quem não concordava com a questão da Revolução Nacional Democrática dizia que a derrubada da ditadura não seria revolucionária, que queríamos derrubar a ditadura através apenas dos movimentos sociais. Diziam que isso permitiria somente ter um governo um pouco melhor, mas que poderia atrasar a revolução socialista. Não aceitavam a ampliação da frente. Para nós estava claro que para a população que o MDB, com todos os setores que estavam dentro dele, inclusive a burguesia nacional, tinha se transformado no principal instrumento de oposição a ditadura. E dentro do MDB estava toda a burguesia inconformada com a ditadura e com o imperialismo. O MDB tinha que ser a nossa frente (Entrevista Sérgio Rubens, 20.07.2011).

Rosanita Campos, militante do MR8 e organizadora do Movimento de Mulheres apresenta também suas memórias sobre o processo de construção da frente da seguinte forma:

Esse foi um processo que aconteceu desde 1979, 1980, no qual houve a luta pelo fim da ditadura e a democratização do país. Isso tudo foi nos levando a perceber cada vez mais que dentro do Brasil havia setores que possuíam um vínculo com a nação, e que esses setores precisavam ser integrados a revolução nacional democrática e popular. Em 1982 realizamos nosso III. Congresso quando definimos de forma sistematizada nossa estratégia de revolução nacional democrática e popular colocando no centro a questão nacional como caminho essencial para chegarmos ao socialismo. [...] Nossa tarefa era nos apoiarmos no que havia de mais avançado no movimento organizado de massas que eram os sindicatos e associações de moradores dos bairros para fortalecer a participação feminina e organizar com base nessa participação as entidades de massa de mulheres, reorganizando primeiramente as que a ditadura havia fechado ou desarticulado Nunca nos propusemos a organizar pequenos grupos de mulheres intelectuais pra discutir a “teoria” feminista, em geral vindas dos EUA e Europa. Nossa visão era reorganizar as entidades representativas da maioria das mulheres, das que mais precisam estar unidas para lutarem por seus direitos e reivindicações sem abrir mão de sua condição de mãe, de mulher trabalhadora, de dona de casa ou a profissão que tivessem. Isso tudo sem discriminação partidária, política, ideológica ou condição social. A questão nacional se tornou para nós a questão da ordem do dia para o país, era necessário afirmar o Brasil, a nação, o povo, e havia correntes dentro do partido que defendiam que a estratégia era socialista, direta, que tinha que derrubar a ditadura e construir o socialismo, mas nós avaliávamos que esse não era o caminho que seria possível o Brasil trilhar. E isso embutia uma incompreensão de quem era o inimigo principal do povo brasileiro que era o imperialismo americano, era e é até hoje (Entrevista Rosanita Campos 10.07.2011).

Da mesma forma, a antiga militante Lídia Corrêa, ex-vereadora pelo PMDB de São Paulo, nos apresenta suas memórias sobre o projeto do MR8 de construção de uma frente Nacional e Democrática.

O foco era definir a visão de como deveria ocorrer o desenvolvimento do país, definir se era uma luta pelo socialismo ou se era como defendíamos na época e aprofundamos cada vez mais até hoje uma política mais desenvolvimentista, hoje isso está mais claro, na época ainda estávamos elaborando essa questão, criando uma

política de aliança para romper a ditadura e romper com a política econômica dependente. Hoje para fazer esse rompimento precisaria unir as forças do Brasil que possuem interesse nessa questão, e é a grande maioria. Com isso defendíamos essa tese particularmente com os militares, para aproximá-los dessa política, pois os militares do Brasil tinham e têm uma formação mais nacionalista, tinham condições de compreender e viver esse campo. Havia um setor que era contra, que adotava uma política mais estreita, mais limitada, e que, portanto, colocava a luta em uma situação mais isolada. Essa foi a grande diferença. Ao final eles perderam, uma boa parte se afastou do partido e foi procurar outros caminhos, e nós desde então estamos aprofundando essa questão, qual seja, o que o Brasil precisa fazer para se tornar uma nação desenvolvida, soberana (Entrevista Lídia Corrêa: 21.07.2011).

A União Democrática Portuguesa (UDP) do caso português, tem outros movimentos em sua trajetória. Somente surgiu como organização em 1974, como herdeira de dissidências maoísta do Partido Comunista Português. Na ocasião, já se apresentou como uma frente de esquerdas com objetivos eleitorais. Seus organizadores estavam entre os militantes das organizações marxistas-leninistas que pretendiam reconstruir um Partido Comunista em Portugal. Pertenciam inicialmente a três pequenas organizações, a CCRML (Comitê Comunista Revolucionários Marxista Leninista), a URML (Unidade Revolucionária Marxista Leninista), ambos criados em 1970 e o CARPML (Comitê de Apoio à Reconstrução do Partido Marxista Leninista), criado em 1973. Mais tarde a elas se juntaram outras duas organizações que foram o CMLP (Comitê Marxista Leninista Português), criado em 1964 e a OCMLP (Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa), criada em 1973. Todos esses eram Comitês Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas (CCR-ml)⁴ e passaram a trabalhar em conjunto na luta antiditatorial, entre os anos 1973 e 1974.

Em 1976, por orientação do brasileiro Diógenes Arruda, dirigente do Partido Comunista do Brasil enviado em 1975 pela Albânia de Enver Hoxha para organizar os marxistas-leninistas portugueses. Ao constatar a dispersão dos comunistas e de outros setores da esquerda portuguesa contra o fascismo, usava constantemente a expressão "Vocês não sabem a importância e a força que têm quando estiverem unidos" (Entrevista Carlos Santos, 04.07.2012). Afirmava que era necessário criar, em Portugal, uma organização de unidade para lutar contra o fascismo.

⁴ CCRml – reproduzimos aqui a grafia “ml” com letras minúsculas utilizada porque assim era feito pelos comitês, em documentos e notas conjuntas das organizações.

Ao colocar em prática essas orientações, a UDP teve uma importante participação na Assembleia Constituinte e a frente ampliou-se consideravelmente. Dela, além dos comunistas, passam a participar amplas massas.

Neste mesmo ano, no seu II Congresso, a UDP apresenta a seguinte pergunta e resposta: em um panfleto distribuído pela militância: “Qual o papel da UDP na construção da Frente Democrática Anti-Imperialistas que o nosso povo tem de construir o quanto antes? Mobilizar largas camadas do povo na via da Democracia Popular”.

Em suas memórias sobre a formação da UDP Luís Fazenda, atual deputado do Parlamento Nacional Português, hoje integrante do Partido Bloco de Esquerda, afirma que não foi militante dos grupos políticos iniciais organizadores da UDP. Aderiu posteriormente à organização, mas conhece a história da UDP.

A UDP formou-se em dezembro de 74. Eu participei já desta fundação, tendo exatamente como mote, passar à revolução popular, aprofundar as conquistas. [...] A UDP tinha outra história, que não era a minha história. Cruzamos aí eu e milhares de jovens, à essa altura, com a UDP. Mas a UDP tinha uma história anterior. A UDP resultava da fusão de vários grupos marxistas-leninistas surgidas a partir das cisões do Partido Comunista Português [...]. Uma boa parte desses dirigentes, vinham todos dos cárceres do fascismo. Eram os intelectuais juvenis estudantis e mais uns poucos operários. Vinham de uma intensa luta contra a guerra colonial, uma luta que tomou todas as cidades portuguesas na década de 60 a meados dos anos 70, até a Revolução (Entrevista Luís Fazenda, 16.07.2012).

A UDP considerava que a unidade dos comunistas sob um novo partido a ser reconstruído era essencial para a realização da Revolução em Portugal, mas considerava igualmente importante as alianças eleitorais com partidos da esquerda para a defesa do Estado português contra o imperialismo.

Quando chegamos ao final do ano, em setembro de 74, alguém, acho que foi João Pulido, teve a ideia de que, já que todos esses grupos tinham pequenos jornais, era bom lançar um grande jornal que era a “Voz do Povo”. Este jornal vai marcar seguramente importantes momentos de todo esse grande processo. Uma coisa que se vai fazer é ver que não somos um partido comunista reconstruído porque aqui há muito mais do que antigos comunistas. E, outra coisa, com o aproximar-se as eleições, já que estamos a trabalhar juntos, por que é que não vamos concorrer? Foi quando por decisão desses grupos, com a aproximação objetiva que já existia das pessoas, vai nascer a UDP. Na verdade, em 74, algumas dessas organizações já vinham de um processo antigo de unidade e, no dia 16 de dezembro de 74, tem-se uma iniciativa. É lançada uma comissão provisória para construir a UDP. A UDP, na verdade, quando salta é entendida como uma organização diferente desses grupos que a formaram. Como era um partido político, precisávamos de buscar assinaturas e para isso, se começa a trabalhar seriamente em conjunto. Não havia tempo para ficarmos com algumas divergências. Não havia tempo para ficarmos com grandes discussões. Estávamos trabalhando. Mas do que as discussões, a ação era fundamental naquele momento. As eleições estavam há pouco (Entrevista Carlos Santos, 04.07.2012).

Em 1978, a Comissão de Propaganda do Conselho Nacional da UDP lançou um Manifesto à Nação portuguesa, no qual, conclama o povo à unidade contra a reação e o fascismo. Afirma que estão sendo abertas as perspectivas de unidade. Identifica como um sinal extremamente positivo a profunda consciência democrática e patriótica de várias organizações políticas e de personalidades antifascistas. Para a UDP, esse quadro permitiria a constituição de um bloco democrático capaz de dar corpo a toda a resistência popular e abrir uma alternativa de esquerda⁵. Por não identificar a existência, em Portugal de uma burguesia nacionalista e que não estivesse intimamente ligada ao imperialismo, a UDP descartava a possibilidade de formação de uma frente da qual participasse a burguesia. Por isso entendia que a luta a ser travada deveria levar diretamente a uma Revolução Socialista.

Tais análises feitas pela UDP baseavam-se no entendimento do papel desempenhado por Portugal no quadro do capitalismo internacional. O sociólogo português Boaventura Souza Santos no texto *Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade*⁶, quando analisa o atual Estado português, apresenta a situação semiperiférica do país para explicar a ausência de características econômicas de um Estado liberal

Portugal é desde o século XVII, um país semiperiférico no sistema mundial capitalista moderno. Esta condição, sendo a que melhor caracteriza a longa duração moderna da sociedade portuguesa, evolui, ao longo dos séculos mas manteve os seus traços fundamentais: um desenvolvimento econômico intermédio e uma intermediação entre o centro e a periferia da economia-mundo; um Estado que, por ser produto e produtor dessa posição intermédia e intermediária, nunca assumiu plenamente as características de estado moderno dos países centrais, sobretudo as que se cristalizaram no Estado liberal (SANTOS, 2008:227).

Carlos Santos, ao falar sobre a frente proposta pela UDP e da possibilidade de alianças com a burguesia, assim se expressa:

Não, não se admitia (aliança com a burguesia) e além do mais, aqui em Portugal, nós não tínhamos uma burguesia nacional. [...] Em Portugal não. No século XX, Portugal era um país absolutamente dependente desde o século XVII. Portugal começa a sua dependência no Tratado de Methuen, com os ingleses. Eles nos vendiam os lanifícios e nós vendíamos o vinho do Porto. E eles tinham benefícios sobre a venda do vinho do Porto. Portugal é um país pequeno, não tem um grande número de habitantes. Para formar grupos econômicos precisou do fascismo. O fascismo que não era só a repressão sobre as massas. O fascismo era o condicionamento industrial. [...] não tens, em Portugal, aquilo que se possa chamar de uma burguesia nacional. Há os armadores que têm um programa já acoplado ao exterior (Entrevista Carlos Santos: 04.07.2012).

⁵ Este é o teor do Manifesto *Pela unidade do povo contra a reação e o fascismo* de 1 de fevereiro de 1978, elaborado pela Comissão de Propaganda do Conselho Nacional da UDP. Pela unidade do povo contra a reação e o fascismo. 1 de fevereiro de 1978 e amplamente distribuído nas cidades portuguesas em atos que conclamavam à unidade.

Carlos Santos ainda afirma que a UDP era “um movimento à esquerda que assumia a pluralidade e, a diferença, sem que isso seja visto como um elemento negativo, mas como um enriquecimento” (Entrevista Carlos Santos: 04.07.2012).

De forma semelhante, Luiz Fazenda, apresenta a inexistência de uma burguesia nacional com a qual os setores populares pudessem criar alianças. Ao ser perguntado se a UDP cumprira em Portugal o papel de uma Frente Popular, responde da seguinte forma:

Completamente. A UDP era uma frente com milhares e milhares de ativistas numa luta cotidiana, onde havia algumas centenas que provinham de uma luta anticolonial do período da ditadura aos quais se juntam muitos outros. Muitos jovens, esmagadoramente, muitos jovens com 16, 17 anos, que todos os dias estavam na luta revolucionária. E, portanto, não havia muito tempo, nem havia muita informação sobre divergências internacionais, sobre questões ideológicas sobre tudo isso, porque o que estava a contar era a revolução na rua. Portanto, todo o debate político ou teórico foi completamente secundarizado durante muitos anos e não tinha praticamente espaço na vivência da organização. Não havia um grupo que poderíamos chamar uma “burguesia nacional portuguesa” que tenha aderido a esse processo e se integrado à UDP. Os grupos eram todos eles de base pequeno-burguesa e operária. E porque não havia uma burguesia nacional em Portugal, nessa época. Isso era, aliás, uma das dificuldades das teses de Álvaro Cunhal. Não havia essa burguesia nacional para uma aliança. Mesmo aqueles resquícios de uma burguesia nacional estavam completamente afeudados com o regime. Aliás como hoje! Esse papel, a burguesia nacional já não tinha capacidade para se impor internacionalmente na questão da divisão do trabalho e dos mercados em nível mundial. Ainda hoje, nós temos uma burguesia composta por famílias burguesas tradicionais às quais se juntaram mais algumas que são aquilo que nós designamos por “Donos de Portugal”. Ainda no ano passado, eu e várias pessoas elaboramos um inventário dessa burguesia. Foi o livro mais vendido, no ano passado, em Portugal. Mas esses grupos estavam inteiramente comprometidos com o capital estrangeiro. E, portanto, assim se sucedeu (Entrevista Luís Fazenda:16.07.2012).

O major Mario Tomé, um dos capitães mais destacados do Movimento das Forças Armadas que, em 25 de Abril de 1974 colocou fim ao Estado Novo em Portugal, foi membro da UDP, desde os momentos que se seguiram à Revolução dos Cravos ⁶. Em uma entrevista que nos concedeu, contou sobre as disputas ideológicas surgidas na construção da frente política em que se transformou a UDP. Os membros da UDP participavam de discussões, que por vezes acarretavam cisões. Eram discussões intensas sobre quais deveriam ser os interesses priorizados nas lutas da UDP: os populares ou os da burguesia? Mario Tomé afirma que tais discussões

⁶ A Revolução de 25 de Abril também ficou conhecida como Revolução dos Cravos. Foi um movimento social que pôs fim ao governo de ideário fascista chamado Estado Novo, chefiado por Marcelo Caetano, o continuador do ditador Antonio Salazar que esteve no poder de 1933 até sua morte, em 1970. O movimento foi liderado por capitães da Guerra Colonial do Movimento das Forças Armadas. O termo “Revolução dos Cravos” deveu-se ao fato de que, após desencadeada a Revolução, a população saiu às ruas distribuindo cravos, que era a flor nacional, aos soldados rebeldes como uma forma de agradecer pela conquista alcançada.

envolviam questões ideológicas e visões de classe. Por isso, afirma, ainda hoje, estão entre seus atuais interesses algo que se relaciona com o grande motivo das divergências entre grupos e partidos políticos desde a época da formação da UDP. Trata-se da questão da ideologia.

Preocupo-me hoje com a ideologia da esquerda e a ideologia dos comunistas. A ideologia foi sempre uma referência muito forte e determinante. Eu acho que a ideologia não deveria ser forte e determinante porque ela castra a capacidade de intervenção política e formação de uniões políticas. Para não dizer que se constitui numa limitação total, ao contrário daquilo que muitas pessoas acham. (Entrevista Major Mario Tomé, 30.07.2012).

Conclusão

Em nossa análise sobre as propostas políticas de duas organizações que tiveram lugar em espaços subalternos do sistema mundial capitalista, o MR8, no Brasil e a UDP em Portugal, verificamos que ambas lutavam contra as ingerências em seus territórios, de um mesmo inimigo. Inimigo que lhes solapava as riquezas e que impunha na sua hegemonia, o sofrimento da classe trabalhadora e do povo. As diferenças relacionadas à composição da frente de luta contra esse inimigo davam-se devido à forma distinta como o imperialismo geria sua intervenção em cada um daqueles espaços.

A hipótese é que devido à essa condição de semiperiferia do Estado português, naquele espaço, não foi capaz de surgir burguesia nacional distanciada dos interesses do imperialismo dos países centrais. A burguesia portuguesa, como nos informou, em suas narrativas, o entrevistado Luiz Fazenda, é formada pelo que chama de “os donos de Portugal”. Aqueles que sempre estiveram intimamente ligados aos interesses especulativos das nações imperialistas. Daí porque, como explica, em suas memórias, a UDP, jamais propôs nos anos 1970 e 1980, uma aliança com setores da burguesia portuguesa com vistas a obtenção da luta contra o fascismo.

A memória hoje construída sobre a formação da UDP, em Portugal, apresenta, como não poderia deixar de ocorrer, as disputas então vividas, sobre a proposta de formação de uma frente em Portugal, no período que antecedeu a criação da UDP.

Ser uma frente política de esquerda congregando somente comunistas ou abrir a UDP para setores que não comungavam a mesma ideologia comunista era questão de debates internos que, disputavam espaço na construção da memória coletiva da UDP.

Neste aspecto, as propostas do MR8, relacionadas à construção da Frente Nacional e Democrática, diferenciavam-se inteiramente das apresentadas pela UDP. No jogo do capitalismo internacional o Brasil sempre ocupou uma posição periférica e colonizada. Iniciou

um processo de industrialização muito tardiamente e nas décadas de 1970 e 1980, os donos do poder no Brasil, mesmo aqueles que ainda estavam ligados à terra, aos latifúndios tinham interesses relacionados à construção de um Brasil moderno e industrializado. Os governos da ditadura militar implantada no país em 1964, à custa da concentração de rendas e aumento da desigualdade, criaram empresas nacionais e fortaleceram setores burgueses nacionais, formando com os mesmos um bloco de poder. No entanto, era uma parte imensamente pequena dessa burguesia que, por se ter ligado aos interesses imperialistas, não só usufruía da maior parcela das riquezas nacionais como se tornara o setor que impunha seu poder ditatorial sobre a nação. Setores da Burguesia Nacional, mesmo participando do bloco de poder, não tinham seus interesses satisfeitos e cada vez mais se descolavam da grande burguesia ligada ao imperialismo. Por entender as insatisfações da burguesia nacional que desejava liberdades democráticas, o MR8 tinha a proposta de criação da Frente Popular, Nacional e Democrática. Neste caso, são importantes para nossa melhor compreensão as reflexões de Gramsci sobre as crises hegemônicas das classes dirigentes. A crise da hegemonia para Gramsci se manifesta quando, ainda que se mantendo no poder, as classes sociais politicamente dominantes não conseguem mais ser dirigentes de todas as classes sociais, isto é não conseguem resolver os problemas de toda a coletividade (GRAMSCI, 1978:63).

Importante também será observarmos que a proposta de Frente Popular Nacional e Democrática apresentada pelo MR8 era rejeitada por outras organizações da esquerda revolucionária. Alegavam que a Frente proposta pelo MR8, a exemplo do ocorrido no Chile de Allende, imporia muitas derrotas à classe operária que participaria da frente em uma posição de subalternidade por não ter força suficiente para impor seu projeto político. Organizações, de orientação principalmente trotskistas, afirmavam que a frente proposta era resultante de uma concepção atrasada do MR8 e, portanto, se constituía em um grande desvio de direita prejudicial para o movimento operário e popular. Criticavam o fato de que a Frente se caracterizava pelos acordos de cúpula e que, depois, a base era obrigada a cumpri-los. Chamavam atenção para o fato de que a Frente não era anticapitalista e limitava-se à luta pelas liberdades democráticas em substituição à luta pela instalação do socialismo. Para esses críticos, a proposta de construção de uma Frente Nacional e Democrática era entendida como um claro recuo do MR8, em face do inimigo. Um abandono da luta concreta pelo fim dos sacrifícios da classe trabalhadora.

Os desfechos das lutas desenvolvidas pelas duas organizações, em espaços diferenciados e contra um mesmo inimigo, com propostas táticas e estratégicas diferenciadas foram bastante inesperados. A UDP será nos anos 1980 um partido político bastante aberto à participação de amplos setores da sociedade, independente da classe social a que pertenciam. Inclusive com a participação de setores ligados àqueles que o Deputado Luiz Fazenda chamou de “donos de Portugal”. Diante disso, alguns observadores e críticos da linha política da UDP, nomeadamente os militantes do Partido Comunista Português, a adoção de estratégias frentistas e a opção por táticas radicais, para através delas levar a cabo uma ambígua revolução popular ou democrático-popular irá se apresentar como um estranho paradoxo.

Em seu XVII Congresso, no ano de 2005, a União Democrática Portuguesa extingue-se como partido político e transformou-se numa organização que passou a compor, junto com duas outras organizações, o atual Partido Bloco de Esquerda, importante e massiva legenda do país. No Brasil, o MR8, continuará até os anos 1990 fortalecendo o PMDB por acreditá-lo possuidor de características de uma Frente Nacional e Democrática. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro se extinguirá como organização política partidária em 2009, passando sua militância, a partir daquele momento, a se dedicar à construção do Partido Pátria Livre

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2007
- CARDINA, Miguel. *Margem de Certa Maneira - o maoísmo em Portugal. 1964-1974*. Lisboa – PT, Edições Tinta-da-China, Ltda, 2011.
- DIMITROV, George. *A Luta pela Unidade da Classe Operária contra o Fascismo*. Rio de Janeiro, Aldeia Global. 1978.
- GORENDER, Jacob. “O Ciclo do PCB: 1922-1980” in Fortes, Alexandre (org.). *História e Perspectivas da Esquerda*. São Paulo, Ed. Perseu Abramo/Argos, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- HOBBSBAWN, Eric. *En torno a los Frentes Populares*. in <http://pt.scribd.com/doc/23817029/Eric-Hobsbawm-en-Torno-a-Los-Frentes-Populares>. acesso em 23.07.2012.
- MR8. I Congresso do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. In: *Brasil Socialista*. ano II. N. 9. Nouvelles Editions Populaires. Renens. Suíça, abril de 1977.
- _____. *Unir a Nação e Romper com a Dependência. Informe do Comitê central ao III Congresso*. São Paulo. Edições MR8. 1985.
- OLIVEIRA, José Manuel Mendes de. “Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas”, Oficina do CES nº 194, setembro de 2003.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História* 15. São Paulo, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo, Cortez, 2008.

TERRA, Daniel. *Contra o Doutrinarismo e o Economicismo - Por uma Tática Proletária de Combate à Ditadura*. Mimeografado. 1975.

TSÉ-TUNG, Mao. *O Livro Vermelho*. Global Editora. São Paulo, 1972.